

Comissão de Sistematização é a mais disputada

Mesmo com poderes reduzidos, funcionará até o final e fará o texto final da Constituição

DIREITOS

Mesmo abrangente, não faz sucesso

AFONSO COZZOLINO
Da Editoria de Política

A Comissão da Sociedade e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, apesar da larga abrangência dos temas que deverá discutir, não despertou muito o interesse dos constituintes do PMDB. Até sexta-feira, apenas 13 das 34 vagas a que o partido tem direito estavam ocupadas. Nenhum senador havia se inscrito.

No PFL, que tem direito a 15 vagas na Comissão, segundo se informa, os direitos e garantias do homem e da mulher também não fizeram o "sucesso" esperado. A lista oficial de quem participa e de qual comissão, no entanto, está sendo guardada a sete chaves, em função da crise entre a Frente Liberal e o PMDB.

No PT, a Comissão da Soberania, Direitos e Garantias também não repercutiu. Mais interessados em participar de outras comissões, como a da Ordem Econômica, os constituintes do partido deixaram essa de lado. O PDS distribuiu questionários para saber qual a preferência de seus constituintes. De posse das respostas, enquadrado quatro em cada Comissão. No PDT, cada um das três subcomissões já tem um titular e um suplente. Já o PTB comparecerá à Comissão dos Direitos e Garantias com dois parlamentares: a deputada Dirce Tutu Quadros (SP) e o deputado Jaime Palliarin (SP), além de dois suplentes.

MULHERES

E muito pequena, ainda, a participação de mulheres na Comissão que definirá seus direitos e garantias. Além da deputada Dirce Quadros, apenas as deputadas Abigail Feltoza e Anna Maria Rattes, ambas do PMDB, estão confirmadas. Esta última, em entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE, garantiu que tudo é "estratégia" da bancada feminina na Constituinte. "Somos 25 mulheres e há 24 Comissões e Subcomissões. Então, precisamos nos dividir para estarmos presentes em todas as discussões", explicou. Anna Maria Rattes, que chegou a ser apontada como uma das possíveis candidatas à presidência da Comissão, prevê que acontecerão debates quentes e amplos, pois os temas a serem discutidos também o são.

INSTITUIÇÕES

Qual o papel dos militares?

RITA NARDELLI
Da Editoria de Política

O líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA), e os vice-líderes do PMDB e do PT na Câmara, deputado Miro Teixeira (RJ) e José Genoíno (SP), o presidente do Senado, entre outros, reúnem-se a partir desta semana para discutir temas como voto distrital, atribuições das Forças Armadas e criação de um tribunal constitucional, na Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições. A subcomissão que estudará a Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, entre outras questões, examinará o papel das Forças Armadas e as salvaguardas. A bancada do PDS gaúcho apresentou à Mesa a proposta de manutenção do dispositivo constitucional vigente sobre as atribuições das Forças Armadas (defesa da pátria e garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem).

Passarinho também quer que as Forças Armadas sejam responsáveis pela ordem interna, mas com a explicitação de que isso ocorrerá "na defesa dos postulados democráticos e da ordem constitucional, sob a soberana decisão do presidente da República". Posições diversas têm o PDT, o PT e o deputado Miro Teixeira (RJ), que limitam o papel das Forças Armadas à defesa de ataques externos. O PDT e o PT têm outras propostas para a subcomissão, como o serviço militar não obrigatório.

A questão das salvaguardas também divide os membros da Comissão. O líder do PDS quer a manutenção do texto atual, com uma única alteração, para exigir a audiência ao Congresso no caso de prorrogação do prazo de vigência das medidas de emergência.



Jarbas Passarinho: debate



Afonso Arinos presidirá a comissão mais importante da Constituinte

ORDEM ECONÔMICA

Lobby enfrenta esquerda

VERA RAMOS
Da Editoria de Economia

Dois ex-ministros ligados à área econômica — o senador Roberto Campos (PDS-MT), ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco; e o deputado Deifim Neto (PDS-SP), ministro da Agricultura e do Planejamento de Figueiredo e ministro da Fazenda do Governo Geisel, integram a lista dos 63 titulares que participarão dos trabalhos da Comissão da Ordem Econômica, considerada uma das mais importantes entre as oito Comissões que irão elaborar o projeto da nova Constituição.

Dividida em três subcomissões: a) Princípios Gerais, intervenção do Estado, Regime de Propriedade do subsolo e da atividade econômica; b) Questão urbana e Transporte; e c) Política Agrícola e fundiária e da Reforma Agrária, a Comissão da Ordem Econômica deverá provocar debates acirrados entre seus participantes. Na opinião de vários parlamentares consultados, os titulares dessa Comissão ligados aos Partidos considerados de centro-esquerda e esquerda terão um árduo trabalho pela frente a fim de neutralizar a ação dos lobistas de grupos econômicos.

A briga ideológica que deverá se instalar na Comissão da Ordem Econômica já começou. A candidatura do senador Severo Gomes (PMDB-SP) pelo cargo de relator da Comissão, reivindicação da ala centro-esquerda do partido e apoiada pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP) está ameaçada pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), apoiado pelos constituintes de centro, centro-direita e direita. Cardoso Alves declarou ao CORREIO BRAZILIENSE que quer a relatoria da Comissão da Ordem Econômica, e assegurou que já tem votos suficientes para derrotar Severo Gomes.

Na subcomissão de Princípios Gerais, que analisará também questões ligadas à intervenção do Estado na economia, o regime de propriedade do subsolo e atividade econômica, os debates tenderão para o lado ideológico. Entre outras idéias, o PT (partido dos Trabalhadores)

ORDEM SOCIAL

Os moderados se impõem

ESTELA LANDIN
Da Editoria de Política

Os moderados serão maioria na importante Comissão da Ordem Social que tratará, por exemplo, dos direitos dos trabalhadores. Sem contar os integrantes do PFL, que ainda não são conhecidos, dos 41 nomes já divulgados, apenas 21 são considerados progressistas e alguns poucos de esquerda. Nesta comissão, onde se discutirá também a questão da saúde, dos negros e das minorias, estarão peletistas como Benedita da Silva e Paulo Paim, mas também direitistas como Wilma Maia e Cunha Bueno, do PDS.

E uma comissão que abordará questões como a estabilidade no emprego, o direito de greve, a autonomia sindical, mas são poucos os sindicalistas que dela participarão. Até agora, apenas os deputados Paulo Paim (PT-RS), Juarez Antunes (PDT-RJ) e Mário Lima (PMDB-BA). Há também o advogado trabalhista Francisco Amaral (PMDB-SP), de posições conservadoras.

Os cargos de presidente e relator só serão oficialmente divulgados na próxima segunda-feira. As dificuldades de acordo entre o PMDB e PFL atrasaram as composições das comissões e o que ocorreu durante toda a semana foram especulações.

Era comum se ouvir dos deputados e senadores que este ou aquele líder já havia se comprometido com a sua indicação para relator ou presidente. Outros diziam que não estavam disputando, mas que vários companheiros estavam trabalhando pela indicação de seu nome por considerá-lo com mais condições de assumir o cargo.

Em meio a todas as especulações, surgiu durante a semana o nome do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), que se diz de esquerda, para relator da Comissão da Ordem Social. O

quer a completa estatização do atual sistema bancário e a retirada das empresas multinacionais do mercado de produção de medicamentos, atualmente nas mãos de indústrias estrangeiras na proporção de 95%.

A exemplo do PT, o líder do Partido Comunista, deputado Roberto Freire (PE) afirmou que os comunistas, que terão o apoio de parlamentares de centro-esquerda e esquerda, defenderão uma alternativa democrática para a crise brasileira. Segundo Freire, o capitalismo brasileiro é monopolista e integrador de latifúndio. "E preciso acabar com a desigualdade da renda dos salários e a exploração das massas trabalhadoras", disse.

PMDB

Santinho Furtado (PR), Ivo Mainard (RS), Luis Ponte (RS), Adribal Bentes (PA), Gerson Marcondes (SP), Paulo Zarzur (SP), Ivo Venderline (SC), Gidel Dantas (CE), Nider Barbosa (ES), Renato Johnson (PR), Roberto Cardoso Alves (SP), Wilson Campos (PE), Gustavo de Faria (RJ), Lúcia Vânia (GO), Albano Franco (SE), Saldanha Derzi (MT), Virgíldio Senna (BA), Jorge Viana (BA), Hélio Duque (PR), Gabriel Guerreiro (PA), José Carlos Sabóia (MA), Ismael Vanderley (RN), Perclival Muniz (MT), Herian Gadelha (PE), Oswaldo Lima Filho (PE), Raquel Capiberibe (AP), Expedito Gonçalves (RO), Walter Pereira (MS), Walmore de Lucas (SC), Severo Gomes (SP), Dirceu Carneiro (SC) e Márcio Lacerda (MT).

PDS

Deifim Neto (SP), Roberto Campos (MT), Virgílio Távora (CE) e Miriam Portela (PI).

PT

Wladimir Palmeira (GO) e Irma Passone (SP).

PC

Fernando Santana (BA); PCB — Aldo Arantes (GO); PL — Guilherme Afif Domingos (SP); PDT — Luis Salomão; PTB — José Egreja (SP); e PSB — Peth Azize (AM).

vice-líder do PMDB na Câmara, deputado João Herrmann, chegou a dizer que Domingos Leonelli só não será o relator se não houver seriedade no PMDB.

OS TITULARES

Somente no próximo dia 1º o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, oficializará a constituição das comissões, mas, até agora, dos 63 integrantes da Comissão da Ordem Social, 41 já são conhecidos. Além do PFL, que se recusa a divulgá-los, mesmo no PMDB podem ocorrer algumas alterações. Os titulares desta comissão são os constituintes:

Pelo PMDB, os senadores Almir Gabriel (PA), Francisco Rollemberg (SE), Mansueto de Lavor (PE), Ronaldo Aragão (RO), Ronan Tito (MG) e Teotônio Vilela Filho (AL). Os deputados, Carlos Cotta, Carlos M Mosconi, Célio de Castro, Hélio Costa, Raimundo Rezende, de Minas Gerais, De São Paulo, Doretto Campanari, Fábio Feldmann, Francisco Amaral, Geraldo Aickmin, Do Rio Grande do Sul, Ivo Lech, Jorge Uequed e Julio Costamilan. Os deputados Eduardo Moreira, Francisco Kuster e Paulo Macarini, de Santa Catarina, Aída, Domingos Leonelli (BA), Edivaldo Motta (PB), Geraldo Campos (DF), Joaquim Suenza (MT), Mário Lima (BA), Mauro Miranda (GO), Mauro Sampaio (CE), Euclides Scalco (PR) e Vasco Alves (ES).

do PDS, integram a Comissão os deputados Osvaldo Bender (RS), Wilma Maia (RN), Cunha Bueno (SP) e Adilson Mota (RS). Pelo PDT, Juarez Antunes (RJ), Floriceno Paixão (RS) e Nelson Seixas (SP). PTB, José Elias Murad (MG) e Mendes Botelho (SP). O PT estará representado pelos constituintes Paulo Paim (RS) e Benedita da Silva (RJ).

CIÊNCIA

Informática, um tema controverso

LUCIO VAZ
Da Editoria de Política

Aparentemente uma comissão de importância secundária, numa comparação com outras que definirão questões como sistemas de governo, organização eleitoral e partidária, ordem econômica e social, a Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, Ciência e Tecnologia e Comunicação envolve, na verdade, temas específicos de grande interesse para a sociedade.

A discussão de temas como o ensino público e gratuito, a reserva de mercado para a informática, a concessão de canais e o acesso da sociedade aos meios de comunicação deverá trazer a Brasília representantes de trabalhadores e empresários de todas as partes do País, além de provocar a ação dos chamados lobistas profissionais.

A subcomissão de Educação, Cultura e Esportes parece ser a mais abrangente e polêmica. Entre seus membros mais expressivos estão o senador João Calmon (PMDB-ES), autor da Emenda Calmon, que prevê a aplicação de um mínimo de 13 por cento da receita federal de impostos na educação; e o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), ex-presidente do CPB (Confederação dos Professores do Brasil). Eles deverão lutar por mais verbas para a educação e pelo ensino público e gratuito em todos os níveis, mas enfrentarão adversários também expressivos e organizados, como os deputados Bezerra de Mello (PMDB-CE) e Arnold Fioravante (PDS-SP), proprietários de faculdades em São Paulo.

Como demonstra a sigla destes constituintes, o debate não será entre partidos, mas sim entre representantes de segmentos da sociedade. De um lado estarão os proprietários das escolas particulares, defendendo o ensino pago, enquanto no outro lado estarão os sindicalistas e demais representantes dos interesses dos trabalhadores, defendendo a gratuidade do ensino.

A subcomissão também conta com outros parlamentares estreitamente ligados à área, como Sólton Borges dos Reis (PTB-SP), ex-secretário de Educação do estado de São Paulo e fundador da União Paulista de Educação; Florestan Fernandes (PT-SP), sociólogo, antropólogo, cientista político e professor cassado da Universidade de São Paulo pelo AI-5; e Pompeu de Souza, professor da UNB e secretário de Educação do Distrito Federal.

Todos defendem as teses básicas para este setor, como mais verbas e ensino público e gratuito, mas não deixam de ter as suas próprias idéias sobre educação. Florestan Fernandes, por exemplo, salienta que o PT encara a educação de uma ótica socialista. Encara-a à luz da posição da classe operária na luta

INTEGRANTES

PMDB: senadores João Calmon (ES), Lourenberg Rocha (MT) e Pompeu de Souza (DF); deputados Aloísio Vasconcelos (MG), Antônio de Jesus (GO), Antônio Gaspar (MA), Artur da Távola (RJ), Bezerra de Mello (CE), Celo Pompeu (SP), Cássio Cunha Lima (PB), Cristina Tavares (PE), Eliel Rodrigues (PA), Felipe Chedde (SP), Fernando Cunha (GO), Flávio da Veiga (RJ), Franca Teixeira (BA), Hermes Zanetti (DF), Joaci Goes (BA), Koyu Iha (SP), Márcia Kubitschek (DF), Maria Lúcia (AC), Mendes Ribeiro (RS), Messias Soares (RJ), Nelson Aguiar (ES), Octávio Elísio (MG), Paulo Silva (PI), Rita Camata (ES), Roberto Vital (MG), Ubiratam Aguiar (CE) e Vingt Rosado (RN).

PDT: deputados Carlos Alberto Caó (RJ) e Chico Humberto (MG).

PDS: deputados Arnold Fioravante (SP), Salin Curiati (SP), Aécio Borba (CE) e Francisco Diógenes (AC).

PTB: deputados José Elias Moreira (MS), Roberto Lopes (RO) e Sólton Borges dos Reis (SP).

PT: deputados Florestan Fernandes (SP) e Olivio Dutra (RS).

REJANE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Nem a questão da soberania provocou tanta discussão na Constituinte: desde que a Assembleia foi instalada, no dia 1º de fevereiro, parlamentares de todos os partidos dividiram-se entre os que eram contra (imensa maioria) e os que eram a favor do que então se convencionou chamar de Grande Comissão.

"Não aceitamos ser constituintes de segunda ordem", reagiram em uníssono constituintes do Norte e do Sul da esquerda e da direita, bem e mal votados. A eles não impressionava a posição intransigente do deputado Ulysses Guimarães a favor da ideia, que chegou a tentar aprovar ainda no ano passado, pelo antigo Congresso. E nem mesmo o fato de que o senador Afonso Arinos, com o empenho pessoal do presidente Sarney, foi eleito com a finalidade específica de presidir o órgão.

Pressionado pela reação generalizada, o relator do regimento interno da Constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso, concordou em reduzir os poderes da Grande Comissão, criando outros oito grupos temáticos que deveriam esboçar por partes o futuro texto constitucional. Para acalmar os colegas, ele chegou a mudar o nome da Comissão: ela continua grande (tem 89 membros contra 63 das demais), mas agora é de Sistematização.

DISPUTA

O novo nome do órgão não chegou a convencer os constituintes da sua desimportância. Só no PMDB, a concorrência para o grupo foi de 2,3 candidatos para cada vaga. No PFL foi pior. Nos partidos pequenos, os limitados lugares a que teriam direito foram preferencialmente reservados para os líderes.

A disputa não é gratuita. Basta fazer uma rápida leitura do regimento interno da Constituinte para descobrir que a Comissão de Sistematização é

muito mais poderosa que as demais. Enquanto as temáticas serão desativadas 65 dias após a instalação, quando deverão apresentar seus relatórios, a antiga Grande Comissão permanece em atividade até a votação final da nova Carta Magna. Além de opinar sobre todas as emendas de plenário, é ela que fará a redação final do texto constitucional.

Outro superpoder da Comissão: qualquer projeto de decisão só prosperará com o apoio da maioria absoluta de seus membros. Isto significa que, entre todos os grupos constitucionais, apenas o de Sistematização será ouvido quando determinado número de parlamentares entender que deve revogar medidas prejudiciais ao funcionamento da Assembleia.

CANDIDATOS

Só para citar dois exemplos ilustrativos da disputa que se estabeleceu em torno das 49 vagas originais da Comissão (os outros 40 membros serão os presidentes e relatores das comissões temáticas, além dos relatores das subcomissões): os deputados Carlos Sant'Anna e Prisco Viana, respectivamente líder do Governo e amigo pessoal do presidente Sarney, optaram pelo grupo e estão ameaçados de ficar de fora.

Como a escolha dos privilegiados constituintes que sistematizarão o texto constitucional foi entregue à decisão das bancadas estaduais, tanto no PMDB quanto no PFL, as vagas estão ficando invariavelmente nas mãos dos coordenadores. Sem contar, é claro, com os lugares que os líderes asseguraram para eles mesmos: Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, já estão definidos como participantes da Grande Comissão.

RELATOR

No meio da verdadeira guerra que tem sido travada em torno das 49 vagas, que mudam de proprietário a cada dia, só uma coisa parece definitivamente

certada no grupo de Sistematização: o senador Afonso Arinos será mesmo o presidente do órgão. Menos numa concessão ao PFL, como procurou deixar claro o deputado peletista Inocêncio Oliveira, e mais numa homenagem pessoal ao velho parlamentar, que integrou as duas últimas Assembleias Constituintes.

Já para a relatoria da Comissão, a disputa promete ser das mais intensas. Trata-se de um dos cargos mais importantes da Assembleia, pois ao seu ocupante caberá redigir o texto final da futura Carta Magna, utilizando os relatórios parciais encaminhados pelos oito grupos temáticos.

O posto caberá ao PMDB, como partido majoritário na Constituinte, e é pleiteado por cinco candidatos: os deputados Bernardo Cabral, ex-presidente da OAB; Pimenta da Veiga, ex-líder do Governo; Euclides Scalco, do Paraná e apoiado pelo senador José Rícha; Prisco Viana, amigo do presidente Sarney; e Nelson Jobim, articulador das negociações em torno da soberania da Assembleia. O senador Fernando Henrique Cardoso, que era apontado como postulante, declarou publicamente que não disputa o cargo.

Apesar de tantos nomes, a batalha está mesmo polarizada entre os deputados Bernardo Cabral e Pimenta da Veiga. O primeiro tem o apoio do presidente Sarney e o segundo conta com a simpatia do deputado Ulysses Guimarães. O baiano Prisco Viana só teria alguma chance se houvesse radicalização na disputa, quando então poderia aparecer como tertius.

Se depender de Bernardo Cabral, contudo, a hipótese de indefinição não existe. A despeito de sua mágoa contra Pimenta da Veiga (que lhe garantiu há dois meses não ser candidato ao cargo), ele pretende ganhar o voto a indicação para o cargo. Segundo proposta que fez ao senador Mário Covas, a decisão a respeito da relatoria-geral deve caber à bancada do PMDB, através de voto direto e secreto.



José Fogaça e Egídio Ferreira Lima disputam o mesmo cargo



SISTEMA DE GOVERNO

Regime e prerrogativas, eis a questão

O Brasil terá um sistema parlamentarista, como parece de se esperar a maioria dos Constituintes, ou permanecerá presidencialista? E o Poder Executivo, manterá suas quase ilimitadas atribuições ou será submetido à fiscalização mais severa? Os parlamentares terão de volta as suas prerrogativas, usurpadas pelo regime militar? E o mandato dos presidentes da República, incluindo o atual, que duração terá?

Todas essas questões serão decididas pela Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, um dos órgãos importantes da Constituinte. Embora poucos parlamentares tenham percebido esta importância — a Comissão não chegou a despertar disputa em nenhum partido — de seu trabalho dependerão diversas decisões atribuídas a grupos mais cotados, como o da Ordem Econômica ou o da Organização do Estado.

Segundo o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), que disputa a relatoria-geral da Comissão com o senador José Fogaça (PMDB-RS), no momento em que definir os limites dos poderes do Governo o seu grupo constitucional estará, necessariamente, influenciando as decisões de ordem econômica. Da mesma forma, como ressaltou, falar em organização do Estado sem saber se o sistema de governo é presidencialista ou parlamentarista é um exercício inútil.

SUBCOMISSÃO

A Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo tem as seguintes subcomissões: do Poder Executivo; do Poder Legislativo; e do Poder Judiciário e Ministério Público. Pela sua importância política, a primeira é a mais vi-

sada, especialmente pelo Governo, na medida em que delimitará as suas atribuições. Se prevalecer a tendência hoje verificada entre os constituintes, o Executivo perderá grande parte de sua força.

"O nosso sistema de Governo é absolutista, o Executivo precisa ser equiparado aos demais Poderes", afirma o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), candidato a relator da primeira subcomissão. Ele não tem muita chance de ocupar o cargo por ser pedetista — o PMDB dificilmente deixará este posto nas mãos de um partido de oposição — mas tem idéias definidas a apresentar ao grupo.

Uma de suas propostas é criar mecanismos efetivos de fiscalização da sociedade sobre o Executivo, bem como fortalecer o papel do Ouvidor-Geral, que deixaria de ser um funcionário do Governo para representar de fato as aspirações populares.

LEGISLATIVO

Para a subcomissão do Poder Legislativo, ainda não há relator definido, nem mesmo candidatos conhecidos. Entre os constituintes que pleiteiam lugar naquele grupo, contudo, existe um forte movimento no sentido de entregar o cargo ao senador Luiz Viana Filho (PMDB-BA), ex-presidente do Senado e ex-chefe do Gabinete Civil sob o governo Castelo Branco.

Caberá ao subgrupo do Legislativo devolver a plenitude das prerrogativas parlamentares, segundo forte sentimento existente entre constituintes de todos os partidos. Também deverão ser fortalecidos os órgãos auxiliares do Poder, como o Tribunal de Contas da União, restabelecido o poder de iniciativa parlamentar para matérias de

ordem financeira e a possibilidade de se emendar o orçamento da União.

JUDICIÁRIO

Para a subcomissão do Poder Judiciário, já há relator definido: será o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Conhecido jurista, ele foi voz destacada no movimento em torno da soberania da Constituinte, além de ter assinado a questão de ordem que colocou em dúvida a participação dos senadores eleitos em 82 na Assembleia.

Este subgrupo tem dois desafios básicos: agilizar a Justiça brasileira, reconhecendo morosidade, e favorecer uma maior independência deste Poder através de medidas como a autonomia financeira, segundo propostas que já chegaram à mesa da Constituinte. Há ainda quem sugira — caso do senador José Fogaça (PMDB-RS) — a criação de uma vara judicial específica para dirimir as pendências levantadas pela reforma agrária.

COMPONENTES

A composição final da Comissão de Organização dos Poderes ainda não está definida, mas alguns nomes já têm vaga assegurada no grupo: pelo PMDB, os constituintes José Fogaça, Leite Chaves, Leopoldo Perez, Luiz Viana Filho, Agassil Almeida, Carlos Vinagre, Egídio Ferreira Lima, Hélio Manhães, Jorge Hage, José Costa, Luiz Sover, Mayses Pimentel, Nilsu Squarezzi, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Raul Ferraz e Silvio Abreu.

Pelo PFL, Aluizio Chaves, Artenir Werner, Ghand Jami e Edme Tavares. Pelo PDT, Vivaldo Barbosa. Pelo PT, Plínio Arruda Sampaio. Pelo PDS, Bonifácio de Andrada. Pelo PTB, Bocayuva Cunha.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Representantes do DF querem vagas

A exemplo da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, a Comissão da Organização do Estado ainda tem algumas vagas a serem preenchidas pelos partidos. No PMDB, só há 13 inscritos, entre eles os senadores José Rícha (PR) e Meira Filho (DF). Há, portanto, mais 21 vagas em aberto. O PFL não divulga a sua lista, mas sabe-se que pelo menos o deputado Valmir Campelo (DF) pretende

participar dela. Esta, aliás, é uma característica da Comissão de Organização do Estado: grande parte dos parlamentares eleitos pelo Distrito Federal quer participar, para que seja possível lutar pela autonomia política da Capital da República. Vão integrar a Comissão os deputados Francisco Carneiro e Sigmaringa Seixas (PMDB) e a deputada Márcia Kubitschek já manifestou intenção de engajar.

No PDT, há apenas dois nomes indicados para a Comissão da Organização do Estado: os deputados Mário Maia e Edésio Frias. O primeiro atuará na subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios e o segundo na dos municípios e regiões. No PT, há apenas o nome do deputado Vitor Bualz, que ainda está sujeito a confirmação. No PTB, é certa a participação dos deputados Melo Botelho e Marluce Pinto.